

Enfrentando a Hidra: Mantendo o Equilíbrio Estratégico Durante a Guerra Global Contra o Terrorismo

Conrad C. Crane

O mundo posterior ao 11 de setembro pode ter acrescentado certas missões à nossa agenda de segurança nacional, mas não eliminou nenhuma.

Michael O'Hanlon¹

ESTA AFIRMAÇÃO, de Michael O'Hanlon, especialista sênior de Estudos de Política Externa do Instituto Brookings, pode adequadamente representar a maior responsabilidade atualmente colocada sobre as Forças Armadas dos EUA, mas não está totalmente correto. Os ataques terroristas contra Nova Iorque e Washington não acrescentaram missões à agenda da segurança; apenas expandiram e deram renovada prioridade às existentes. Esse resultado evidencia-se no recente Relatório Quadrienal de Defesa (*Quadrennial Defense Review — QDR*) do Departamento de Defesa dos EUA, que “coloca nova ênfase nas singulares exigências operacionais associadas com a defesa dos EUA e restaura a defesa do país ao seu devido lugar, como a principal missão do Departamento”.² O Relatório também dá alta prioridade à capacidade de condução de operações de combate de grande porte na atualidade e na transformação dos serviços militares para o futuro. Embora o *QDR* e recentes ações militares tenham enfatizado claramente a segurança do território nacional, a guerra global contra o terrorismo e a transformação, não diminuiu a importância das outras missões do Exército anterior ao 11 de setembro, relativas à manutenção da paz, engajamento e dissuasão.

O paradigma dominante da Estratégica Militar Nacional dos EUA nos anos 90 — “moldar, responder, preparar” — foi substituído no Relatório da *QDR* por uma estrutura estratégica mais específica e um tanto mais estreita: encorajar os aliados, dissuadir a competição militar, deter ameaças e coerção, e derrotar adversários decisivamente.³ Junto às forças co-irmãs, o Exército está atualmente se concentrando em derrotar decisivamente adversários e,

ainda mais, em ações para combater terroristas e aqueles que os apoiam. Mas o Presidente George W. Bush e o seu gabinete têm deixado claro que esta será uma longa batalha e que o Exército não deve negligenciar as outras inúmeras missões que terá durante esse tempo. A vitória sobre o terrorismo nada significará se não for acompanhada pela preservação e o incentivo pela paz, segurança, democracia e por idéias relativas ao mercado livre, que são apoiadas pelas outras missões militares. Os líderes devem manter uma ampla perspectiva estratégica e ficarem conscientes dos reflexos das operações da guerra atual na forma como as Forças Armadas executam suas outras responsabilidades para a proteção dos interesses nacionais.

O Relatório da *QDR* proporciona apenas uma direção específica limitada sobre as outras prioridades, mas estas são essenciais para o sucesso estratégico global. Muitos membros do Congresso têm se frustrado com a ausência de recomendações detalhadas no documento, e planejadores do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais têm se queixado sobre a “falta de ênfase — especificidade — sobre o valor das forças terrestres”. Os objetivos operacionais principais detalhados para a transformação militar enfatizam a aplicação de um “ataque de precisão de alta intensidade” em grande profundidade, e as missões mais extensas, previstas para as forças terrestres, aparentemente são a defesa das bases operacionais e a segurança do território nacional.⁴ O Relatório da *QDR* aborda principalmente os assuntos relacionados à dissuasão e à guerra, menciona o que a antiga estrutura chamava de atividades de “engajamento” como parte do contexto da cooperação em segurança, e discute muito pouco a respeito dos conflitos de menor escala, que considera parte da concepção da nova estrutura da força. Os termos “manutenção da paz” ou “operações de paz” não aparecem no documento. Vai depender dos líderes

sêniores do Exército a justificativa do poder terrestre como parte de uma força conjunta equilibrada, e a demonstração do valor das operações de paz e das atividades de engajamento para prevenir e impedir conflitos.

As necessidades e os interesses dos EUA exigem uma estratégia ampla e equilibrada que vá além do texto do Relatório da *QDR* e das atuais operações no Afeganistão. O'Hanlon tem razão quando afirma que nenhuma das tarefas que sobrecarregaram as estruturas de força militares antes de 11 de setembro foram eliminadas. Quando os terroristas atacaram, a 10ª Divisão de Montanha já estava planejando desdobramentos em Kosovo e no Egito. Em pouco tempo tinha elementos destacados

Apesar de a administração do Presidente Bush ter mostrado uma predileção inicial pela redução da presença militar avançada, encontrou dificuldades para o desengajamento e, “hoje a presença militar global dos EUA é talvez maior que nunca”. As forças do Exército foram desdobradas em 150 países em 2000, e este continua sendo o ritmo.

em outras cinco nações, incluindo o Afeganistão. As poucas tropas que permaneceram no Forte Drum, em Nova York, se esforçavam por manter a segurança da base e a prontidão de combate para outras missões.⁵ As tropas da Guarda Nacional foram desdobradas em território nacional e internacional para aumentar forças de segurança relativas às necessidades significativamente expandidas da proteção da força, enquanto, ao mesmo tempo, preparavam-se para desdobramentos planejados na Bósnia e no Kuwait. O Exército não é o único serviço sob pressão. Patrulhas aéreas de combate sobre as cidades americanas estão esgotando os aviadores e o equipamento, e as tarefas adicionais da Guarda Costeira têm levado essa organização além dos seus próprios limites.⁶

O Exército, compreensivelmente, dará prioridade máxima à contribuição para a vitória na guerra contra o terrorismo, incluindo o aumento da segurança do território nacional e a aceleração da sua própria Transformação. Entretanto, o Exército deve conduzir operações simultâneas em três outras áreas. Deve continuar a se envolver na segurança cotidiana, e nas atividades de prevenção e dissuasão em todo o mundo (o que antes se conhecia por moldar e engajar); manter a sua capacidade para conduzir operações de paz e outros conflitos de menor escala; e permanecer em prontidão para a condução de operações de combate de grande porte. O Exército já

se encontrava nos limites do seu ritmo operacional antes de 11 de setembro; as novas exigências somente irão piorar essa situação. Mas isto não deve ser usado como uma desculpa para desviar o Exército do cumprimento de suas outras missões essenciais. Manter um equilíbrio na execução de todas essas tarefas, com uma margem aceitável de risco, exigirá uma redistribuição de recursos entre os componentes da Ativa e da Reserva, assim como um aumento da estrutura de força. Isto deve também provocar um reexame das políticas da Força Total.

MANTENDO UM EQUILÍBRIO PARA MISSÕES PADRÃO

Se quisermos diminuir o número de contingências às quais se pede aos EUA para enviar tropas, devemos agressivamente considerar o engajamento como o meio de impedir tais conflitos, antes mesmo que ocorram.

Deputado Ike Skelton⁷

Garantir e Prevenir: Antes de examinarmos as missões do Exército, mais expandidas e reavaliadas pelo Relatório da *QDR* e pela guerra contra o terrorismo, é necessário analisar as outras importantes tarefas que ainda devem ser executadas. A primeira destas trata da rotineira garantia da paz, da dissuasão e de missões preventivas. A prevenção é uma função clara das capacidades do combate que discutiremos mais adiante, enquanto a garantia e a dissuasão têm sido muito enfatizadas como sendo uma parte das tarefas de engajamento descritas em versões recentes da Estratégia da Segurança Nacional dos EUA e da Estratégia Nacional Militar.⁸

O Sistema de Planejamento Estratégico Conjunto (*Joint Strategic Planning System*) ainda exige que os comandantes-em-chefe regionais desenvolvam um Plano de Engajamento do Teatro (*Theater Engagement Plan — TEP*) para relacionar as atividades regionais com os objetivos de estratégia nacional. As categorias de missões essenciais abordadas no Plano incluem operações, exercícios combinados, assistência à segurança, adestramento e educação combinados, contatos militares, assistência humanitária e o monitoramento das obrigações dos tratados.⁹

O Exército não deve permitir que uma ênfase maior na proteção da força ou em outras operações contra o terrorismo o desvie do seu apoio aos comandantes-em-chefe, em seus esforços de continuarem engajados no além mar. Por meio de seus 150.000 soldados desdobrados em bases avançadas, o Exército provê mais de 60 por cento das forças dos EUA comprometidas com os esforços de garantia, dissuasão e prevenção dos comandantes-em-chefe.¹⁰ Frequentemente, tal envolvimento pode moldar o ambiente regional para impedir conflitos ou para facilitar uma reação quando estes ocorrerem. A capacidade de os EUA conduzirem



Departamento de Defesa

O sargento Mark Roland é levado em uma padiola durante um exercício de evacuação médica. Os soldados participando do exercício são do Comando e Companhia de Comando, 2º Batalhão, 14ª Infantaria, 10ª Divisão de Montanha e estão equipados com carabinas M-4. Encontram-se em Kosovo como parte de uma missão de manutenção da paz.

as operações atuais contra o Afeganistão foi aumentada consideravelmente pelos exercícios da 82ª Divisão Aeroterrestre e a 10ª Divisão de Montanha com o Cazaquistão e o Uzbequistão em 1997 e 1998.¹¹

Apesar de a administração do Presidente Bush ter mostrado uma predileção inicial pela redução da presença militar avançada, encontrou dificuldades para o desengajamento e, “hoje a presença militar global dos EUA é talvez maior que nunca”.¹² As forças do Exército foram desdobradas em 150 países em 2000, e este continua sendo o ritmo. O Relatório da *QDR* advoga ainda o estabelecimento de mais bases de tropas no além mar, para facilitar a rapidez do seu emprego, a cooperação relativa à segurança, manter “favoráveis equilíbrios regionais” e fortalecer a “postura avançada dissuasiva” da nação. Ela reconhece a necessidade de “níveis de presença estacionária de elementos aéreos, terrestres e navais em regiões críticas ao redor do mundo”.¹³ Para apoiar as operações no Afeganistão, os Estados Unidos estão criando uma infra-estrutura de novas bases e de acordos políticos que irão assegurar uma crescente presença americana na Ásia Central durante muitos anos.¹⁴ As coalizões que estão se formando para combater os diferentes aspectos do terrorismo incluem um número de novos parceiros e criarão ainda mais oportunidades para contatos entre militares, junto com outras atividades de garantia e de cooperação relacionadas à segurança.¹⁵ Estas continuarão

a ser uma responsabilidade de especial importância para as forças do Exército.

Negligenciar esta área da missão resultaria em sérias implicações para a conduta da Estratégia da Segurança Nacional prevista pelo Relatório da *QDR*. Os problemas permanecerão e levarão a crises que poderiam ter sido evitadas ou neutralizadas em suas fases iniciais. A oportunidade de obter ou manter bases avançadas essenciais para uma reação rápida será perdida. A vantagem dos EUA em poder influenciar governos regionais e suas forças militares será reduzida. Sem uma presença ativa americana, coalizões serão enfraquecidas e os aliados se sentirão inseguros. Todas estas repercussões fomentarão a competição militar e encorajarão os adversários em potencial.

Conflitos de Menor Escala. Um tema importante da campanha política do Presidente Bush foi a declaração de que ele evitaria o erro do seu predecessor ao envolver as forças americanas em operações de manutenção de paz e intervenções humanitárias. Porém, antes do final do primeiro ano de sua administração, ele havia confirmado a importância vital do envolvimento dos EUA nos Balcãs e até desdobrou mais tropas na Macedônia.¹⁶ Apesar de sua aversão declarada ao desenvolvimento de outras nações, Bush também comprometeu os EUA com apoio financeiro no esforço maciço para reconstruir o Afeganistão.¹⁷ Mesmo antes desse comprometimento, soldados das Forças Especiais do Exército já haviam começado

o processo em Kandahar, prestando assistência aos residentes com suprimentos de comida e água, trabalhando para restaurar escolas e serviços públicos e fazendo recomendações que sabiam que iriam moldar a futura política governamental. Repórteres têm observado que os soldados estão executando “a mais pública das missões diplomáticas na antiga zona de combate... aceitando a delicada tarefa de ajudar a reconstruir a estrutura civil”. Entre os primeiros soldados americanos a chegar em Mazar-I-Sharif havia um destacamento de assuntos civis que imediatamente começou a revitalizar o hospital local. A 10ª Divisão de Montanha ajudou a construir um

Futuras missões do Exército, como as da Bósnia e Kosovo, não devem ser aceitas com facilidade. Mas existirão ocasiões — mesmo em meio à guerra contra o terrorismo — em que os interesses nacionais exigirão a realização de atividades de assistência humanitária, desenvolvimento nacional e operações para garantir a paz que somente as forças militares dos EUA podem executar. Esforços eficientes e eficazes para “construir a paz” devem continuar a ser um elemento importante de qualquer estratégia de segurança nacional.

hospital novo por lá.¹⁸ O Presidente também anunciou que os EUA ajudariam a estabelecer e adestrar o Exército afgão e sua força policial, o que certamente irá exigir maior envolvimento dos militares.¹⁹

Se a guerra contra o terrorismo se espalhar para outros teatros, existirão ainda mais oportunidades para que os EUA, em especial o Exército americano, estabilizem e reconstruam países e sociedades que fomentavam o terrorismo, ou que foram explorados por praticantes do mesmo. O Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, expressou que está disposto a desdobrar as Forças Armadas dos EUA em “mais 15 países” se isto for necessário para combater o terrorismo. Tais ações geralmente têm implicações militares de longo prazo.²⁰ Historicamente, o Exército tem sido a principal ferramenta dos EUA para produzir um efeito duradouro como resultado de grandes desdobramentos militares. Destaques históricos recentes mostram que, quando as tropas terrestres abandonam um território com demasiada rapidez, como no caso do Haiti ou da Somália, a situação em breve volta às mesmas condições que inicialmente provocaram a intervenção. Na Bósnia e em Kosovo, a estabilidade e as mudanças significativas somente são possíveis com uma prolongada permanência das forças terrestres.²¹

Conseqüentemente, um resultado da guerra global

contra o terrorismo, sem dúvida, será o maior envolvimento norte-americano em operações de paz como as dos Bálcãs. Ao mesmo tempo, não há evidência de que as atuais missões de manutenção de paz possam terminar sem resultar em efeitos estratégicos adversos. Compreendendo esta realidade, o Relatório da QDR afirma que “estes compromissos a longo prazo irão, com efeito, se tornar parte da postura dissuasiva avançada dos EUA.”²² A não ser que os soldados continuem a executar tarefas relativas à segurança e ao desenvolvimento nacional nos Bálcãs, os recentes aumentos de violência étnica poderão crescer com facilidade e levar a uma nova guerra de grande porte.²³ A administração do Presidente Bush assegurou aos aliados da OTAN que os EUA não se retirarão prematuramente de suas missões nos Bálcãs, apesar de Rumsfeld ter proposto a redução do efetivo que se encontra envolvido em missões de paz na Bósnia, “porque o trabalho policial por lá começa a exigir demasiado dos exércitos necessários para o combate ao terrorismo.”²⁴ Rumsfeld também deseja retirar as tropas americanas da força de observação multinacional na Península do Sinai.²⁵ Estas operações de paz continuam a ser muito importantes para a estabilidade regional. No momento em que o Exército inicia novas operações contra o terrorismo deve se precaver para não prejudicar estas missões de manutenção de paz com o objetivo de gerar meios para a nova guerra.

Porém, mesmo antes de 11 de setembro, a estrutura de força do Exército encontrava-se sob grande pressão, pelas exigências das operações de paz. Os conflitos de menor escala são particularmente árduos para certas unidades da ativa, de “alta demanda/baixa densidade”, dos serviços de Transporte e de Intendência do Exército. Os desdobramentos recentes revelaram outras deficiências significativas no pessoal de Assuntos Cívicos e nas capacidades de inteligência. A extensão das missões nos Bálcãs têm indicado um número inadequado na disponibilidade total de certos tipos de unidades de apoio ao combate e logística, distribuídas entre os componentes da Ativa e da Reserva. Além disso, excessivos desdobramentos em conflitos de menor escala têm tido um impacto severo sobre as unidades da Reserva e da Guarda Nacional, não acostumadas com os mesmos.²⁶ Finalmente, a disponibilidade dessas unidades para as funções de apoio e os rodízios em serviço ativo será severamente reduzida pelas demandas da proteção da força e segurança do território nacional.

Futuras missões do Exército, como as da Bósnia e Kosovo, não devem ser aceitas com facilidade. Mas existirão ocasiões — mesmo em meio à guerra contra o terrorismo — em que os interesses nacionais exigirão a realização de atividades de assistência humanitária, desenvolvimento nacional e operações para garantir a paz que somente as forças militares dos EUA podem



Departamento de Defesa

Uma equipe de Assuntos Cívicos do Exército dos EUA, em Mazar-e-Sharif no Afeganistão, visitou uma escola local e distribuiu cadernos e lápis para ajudar a promover a importância da educação, em 17 de dezembro de 2001. Fazem parte da força americana ajudando o esforço de apoio humanitário relacionado com a operação Enduring Freedom.

executar. Esforços eficientes e eficazes para “construir a paz” devem continuar a ser um elemento importante de qualquer estratégia de segurança nacional. A atual situação no Afeganistão destaca, novamente, que as sociedades pós-conflito podem se tornar solo fértil para o crime e o terrorismo, se não houver alguma forma de imposição de ordem. Membros influentes do Congresso já têm pedido a presença americana em operações de manutenção da paz na área e os mais influentes jornais — independentemente de suas inclinações políticas — estão advogando um papel mais importante por parte dos EUA, no desenvolvimento nacional do país. Um projeto proposto é a reconstrução do anel rodoviário (termo de origem britânica aplicado a estradas que circundam cidades ou partes de cidades) no Afeganistão, tão vital à restauração do comércio. Essa tarefa, especialmente durante um ambiente tão precário em termos de segurança, é perfeitamente adaptada às capacidades do Exército dos EUA e seus engenheiros.²⁷

Para impedir que as missões de manutenção de paz se prolonguem e consumam recursos escassos, o Exército e as agências de apoio devem aprender mais a respeito de desenvolvimento nacional. Apesar de a administração do Presidente Bush, assim como a liderança do Exército, relutar na aceitação de tal incumbência, as soluções a longo prazo para criar um mundo mais estável exigirão que os EUA a executem. Somente o Exército — não a Força Aérea, nem a Marinha ou os Fuzileiros Navais —

pode fazê-lo em um ambiente duvidoso de segurança. O sucesso das operações de estabilização e o sucesso estratégico na guerra contra o terrorismo terão muito em comum, devido ao relacionamento de causa e efeito

A mais importante missão atual do Exército é fazer a maior contribuição possível para vencer a guerra contra o terrorismo. Até agora, ele tem desempenhado de forma soberba, como parte de uma força conjunta, em várias operações em teatros distantes. As Forças Especiais têm recebido amplas aclamações por sua coragem e tática no Afeganistão; e receberão ainda mais louvores pelo seu subsequente desdobramento nas Filipinas.

existente entre ambos. O Exército deveria se sentir desafiado — e se preparar — pelas responsabilidades que terá que assumir para ajudar a estabilizar e reconstruir o Afeganistão e outros países, depois que bin Laden e seus seguidores sejam expulsos. Este esforço deve ser acompanhado pela adaptação da doutrina apropriada a tais missões de desenvolvimento de paz. Apesar de as responsabilidades americanas nestas operações poderem ser reduzidas, por meio da máxima dependência possível

na participação aliada, não há substituto para a presença das forças terrestres da nação mais poderosa do mundo, para transmitir confiança aos amigos, manter coalizões e deter adversários em potencial. Se a estabilidade em uma região como a dos Bálcãs é considerada interesse vital dos EUA, então não se pode permitir que volte ao caos devido às distrações da guerra contra o terrorismo.

Meses depois de 11 de setembro, o Centro de Análise do Exército (*Center for Army Analysis*) previu que os EUA teriam de lidar com 25 a 30 conflitos de menor escala por mês.²⁸ Apesar de abordar os conflitos de menor escala apenas brevemente, o Relatório da *QDR* declara que “O Departamento de Defesa assegurar-se-á de que tenha um número suficiente de forças especializadas e de capacidades para garantir que não sobrecarregará os elementos da força, quando esta estiver envolvida em conflitos de menor escala”. Alcançar esse objetivo exigirá modificação da estrutura do Componente da Ativa do Exército e quase certamente, implicará em aumentá-la. Durante uma conferência recente, Rumsfeld admitiu que a existência de recursos de baixa densidade e alta demanda que têm sido excessivamente usados nas operações de conflitos de menor escala, significava que “nossas prioridades estavam equivocadas e que não compramos suficiente do que precisávamos”. Ele sugeriu acrescentá-los como parte de seus esforços para a transformação.²⁹ Não existem mais motivos para que tenhamos tais deficiências de força. Elas devem ser solucionadas.

Operações de Combates de Vulto. O Exército deve também manter a sua capacidade para dissuadir e combater outras guerras, além da guerra global contra o terrorismo. Guerras de agressão, cruzando fronteiras, não são o tipo de conflito de maior probabilidade futura, mas certamente não são impossíveis de ocorrer e claramente exigem forças prontas para combatê-las. De fato, justamente porque as forças americanas estão tão preparadas para enfrentá-las é que são tão improváveis. Mesmo na guerra contra o terrorismo, onde as forças terrestres principais têm tido, inicialmente, apenas uma utilidade limitada, ainda serão essenciais se as operações se expandirem para lidar com outros estados que apoiem o terrorismo e representem maior desafio do que o Afeganistão. A força militar mais poderosa do planeta continua a ser uma força conjunta com base em um corpo-de-exército pesado e não se deve permitir que essas unidades se atrofiem. Incurções, cruzando as fronteiras, continuam a ser uma ameaça na Ásia e no Oriente Médio. A forte advertência da administração do Presidente Bush ao Iraque, para não se aproveitar da distração americana com o terrorismo, não seria uma dissuasão eficaz sem a força conjunta, incluindo o poder terrestre, para apoiá-la.

O principal enfoque do Relatório da *QDR* é dissuadir e deter adversários em potencial que ameacem os

interesses dos EUA e de seus aliados, e vencer as guerras, caso falhe a dissuasão. O novo paradigma do documento, relativo ao tamanho da força, ainda prevê causar a derrota rápida de ataques em dois teatros operacionais simultâneos, mas com apenas uma dessas campanhas envolvendo uma derrota decisiva que inclua a ocupação de território ou uma possível mudança de governo.³⁰ Combinado com a percepção de alguns oficiais do Gabinete do Secretário da Defesa, que consideram que a campanha no Afeganistão foi vencida graças ao poder aéreo e aos aliados, este novo modelo de tamanho da força tem o potencial para provocar um clamor para uma redução nas forças pesadas de combate terrestre.³¹ Os críticos podem aceitar a necessidade de se manter tais forças para causar a derrota decisiva, mas argumentarão a favor de cortes na estrutura da força do Exército para alocação ao segundo conflito. Contudo, o Exército maior que combateu e venceu durante a Operação *Desert Storm*, já ficou no passado longínquo. A atual força ativa é provavelmente muito pequena para combater uma guerra terrestre de vulto contra um estado como o Iraque, sem contar ainda com um maior acréscimo de poder terrestre de coalizão, do que existiu durante a Guerra do Golfo. Além disso, deve se ter um financiamento adequado para modernizar as forças tradicionais que terão de combater as guerras de curto e médio prazo.³² O paradoxo da dissuasão é que, quanto mais fracas parecem ser as forças armadas de uma nação, mais provável é que esta terá de empregá-las. A longo prazo, a aceitação de riscos nesta área de missões tem efeito significativo sobre a capacidade dos EUA protegerem os seus interesses e de alcançarem os objetivos constantes do Relatório da *QDR*.

SATISFAZENDO EXIGÊNCIAS MAIORES

A guerra contra o terrorismo tem mais alvos do que os EUA têm recursos para combater simultaneamente.

Editorial no *Florida Times-Union*³³

Vencendo a Guerra Contra o Terrorismo. A mais importante missão atual do Exército é fazer a maior contribuição possível para vencer a guerra contra o terrorismo. Até agora, ele tem desempenhado de forma soberba, como parte de uma força conjunta, em várias operações em teatros distantes. As Forças Especiais têm recebido amplas aclamações por sua coragem e tática no Afeganistão; e receberão ainda mais louvores pelo seu subsequente desdobramento nas Filipinas. As tropas da 10ª Divisão de Montanha e da 101ª Divisão Aeroterrestre estabeleceram e ocuparam novas bases em vários locais na Ásia Central. Começaram a encorajar e adestrar novos aliados enquanto refreiam e dissuadem antigos adversários. Os soldados do III Corpo, do Forte Hood, Texas, têm sido desdobrados em missões de longo prazo,



Departamento de Defesa

Um helicóptero Chinook CH-47 aterriza para transportar suspeitos membros do Talibã, capturados por soldados da Companhia A, 2/504º Regimento de Infantaria Pára-quedista, 82ª Divisão Aeroterrestre, no Vale Baghni, no Afeganistão, vilarejo de Kalata, para interrogatório, durante a operação Viper no dia 1º de março de 2003. Sua missão é procurar por esses suspeitos e por esconderijos de armas e impedir o ressurgimento de mais ataques terroristas contra as forças da coalizão e seus equipamentos.

principalmente para lidar com detidos, no Afeganistão, no Kuwait, na Turquia e em Cuba. Reservistas se uniram às unidades da Polícia Militar na Baía de Guantanamo, para uma missão que o Comandante do Corpo prezid que durará “por muito tempo, talvez para sempre”.³⁴

Muitos comentaristas e porta-vozes da administração têm descrito um novo método de guerra envolvendo as Forças Especiais, o poder aéreo e aliados locais. Esta abordagem teve excelente sucesso operacional inicial no Afeganistão e pode ser apropriada para os próximos estágios da guerra, quando aplicada a circunstâncias similares nas Filipinas, no Iêmen ou na Somália. Porém, as operações contra as nações descritas como sendo um “eixo do mal” pelo Presidente Bush — Irã, Iraque e Coréia do Norte — sem dúvida exigirão forças maiores. O Exército já se conscientizou que tem poucos soldados de Forças Especiais até mesmo para satisfazer as necessidades atuais.³⁵ Qualquer que seja o local onde as próximas operações serão conduzidas, certamente colocarão muita pressão sobre o Exército, senão durante operações de combate tradicionais, certamente durante operações de paz, garantia e dissuasão. Desempenhar bem todas essas missões será essencial para a vitória estratégica, mas não serão nem fáceis, nem de curta duração. O *Major General* Richard Cody, comandante da 101ª Divisão Aeroterrestre, descreveu a missão de sua unidade no Afeganistão como sendo uma “maratona”, para salientar tanto o nível do esforço como o tempo necessário para completá-la.³⁶

Pode existir raciocínio estratégico para expandir a guerra além do Afeganistão. Porém, até que as forças adequadas estejam disponíveis, a expansão da guerra contra o terrorismo deve ser limitada, ou pelo menos, cuidadosamente controlada.

Os líderes da Guarda Nacional reconhecem que sua organização precisará ser reconfigurada, se receberem a missão relacionada à segurança do território nacional, e que terão que abrir mão das “unidades não tão importantes”. Além disso, algumas escolhas difíceis terão que ser feitas sobre quem servirá naquelas unidades do Componente da Reserva chamadas a executar tarefas relacionadas à segurança do território nacional.

A Segurança do Território Nacional e a Força Total. Nem todas as operações de combate de vulto contra o terrorismo serão conduzidas no além mar. O maior desafio do Exército para manter o equilíbrio estratégico, conforme o Relatório da QDR, encontra-se na ênfase dada no documento à segurança das bases e da pátria, e às responsabilidades do Componente da Reserva para com as mesmas. Parece haver muita confusão e discussão

entre os líderes da ativa e da reserva sobre quem assumirá o papel militar nesta importante missão. Têm havido disputas sobre um novo QG para controlar as forças de segurança do território nacional.³⁷ O Secretário do Exército, Thomas White, Agente Executivo Provisório do Departamento de Defesa para a Segurança do Território Nacional, declarou que ele supõe que as Forças Armadas “terão cada vez menos a ver com essa tarefa”, à medida que as agências civis estabeleçam as suas próprias capacidades.³⁸ O *Lieutenant General* Russell Davis, Chefe do Departamento da Guarda Nacional, advertiu que a reconfiguração de suas forças para desempenhar a segurança do território nacional colocaria em risco o padrão da Força Total e reduziria a reserva estratégica.³⁹

Esta missão multifacetada não é uma que o Exército, ou o seu Componente de Reserva, pode — ou deve — evitar. Fazê-lo, deixaria a pátria e as bases vulneráveis a ataques terroristas e ameaçaria a capacidade da nação apoiar e manter qualquer outra missão. Já são aparentes alguns dos efeitos, relacionados com as novas exigências, sobre o Componente da Reserva. Dezesesseis por cento da Guarda Nacional da Virgínia foi chamada para o serviço ativo por até dois anos. Estão participando em patrulhas de combate aéreo e vigiando aeroportos, usinas de energia nuclear e instalações federais.⁴⁰ As necessidades para a segurança das bases aumentaram em todo o mundo. Mais de 1.000 elementos da Guarda Nacional de Illinois foram convocados, pelo menos por nove meses, para protegerem instalações dos EUA na Europa.⁴¹ Outros elementos da Guarda Nacional estão vigiando as entradas das instalações militares em todo o território continental do país.⁴² Até o final de janeiro de 2002, mais de 80.000 militares do Componente da Reserva haviam sido convocados, e outros foram notificados que seriam desdobrados em apoio às agências civis que estão protegendo as fronteiras dos EUA.⁴³ Este é apenas o começo de um compromisso de longo prazo para com a segurança do território nacional, que vem se somar às responsabilidades já existentes do gerenciamento de conseqüências. Se estas missões continuarem como responsabilidade do Componente da Reserva, comprometerão a sua capacidade de apoiar um teatro de guerra de vulto. Se uma parte maior do Componente da Reserva for comprometida com tarefas em casa, os desdobramentos nos Bálcãs poderiam também ser afetados, aumentando a responsabilidade das forças da ativa na manutenção da paz na Bósnia e em Kosovo. A falta de meios de apoio ao combate e de apoio logístico no Componente da Ativa, demonstrada pelas demandas dos conflitos de menor escala durante os anos 90, exacerbou-se ainda mais pela nova situação de segurança. Isto tem tido uma repercussão significativa na Reserva do Exército. As necessidades da segurança do território nacional, bem como das outras missões na guerra contra o terrorismo, estão causando

uma considerável pressão para os Reservistas em alta demanda, como as unidades de assuntos mortuários, especialistas em defesa química e biológica, companhias de caminhões, destacamentos de operações psicológicas, peritos em inteligência e destacamentos de assuntos civis. O *Lieutenant General* Thomas Plewes, Chefe da Reserva do Exército, declara que o Exército ativo é demasiado pequeno e precisa de mais pessoal nessas especialidades carentes.⁴⁴ A determinação de Rumsfeld para o aumento do número de tais unidades já foi mencionada. As crescentes exigências para a segurança do território nacional têm também salientado as grandes deficiências na estrutura e no adestramento do Componente da Reserva. Para satisfazer as expectativas do Relatório da *QDR* e as necessidades da nação, o Componente da Reserva terá que ser revisto. Um número de estudos tem defendido a criação de um sistema principal de defesa aérea continental, do tipo das baterias *Nike Hercules* que se espalhou pela nação nos anos 60 e que também incluiu unidades do Componente da Reserva.⁴⁵ O Relatório da *QDR* instrui o Departamento de Defesa a aprimorar a sua capacidade para trabalhar com outras organizações da segurança do território nacional e para “colocar nova ênfase no adestramento relacionado ao contraterrorismo, para as primeiras linhas de defesa federais, estaduais e locais”, aproveitando as capacidades do Componente da Reserva.⁴⁶ Os líderes da Guarda Nacional reconhecem que sua organização precisará ser reconfigurada, se receberem a missão relacionada à segurança do território nacional, e que terão que abrir mão das “unidades não tão importantes”.⁴⁷ Além disso, algumas escolhas difíceis terão que ser feitas sobre quem servirá naquelas unidades do Componente da Reserva chamadas a executar tarefas relacionadas à referida segurança. Um grande número de cidadãos-soldados provêm do setor de segurança pública e tirar indivíduos experientes das primeiras linhas de defesa dos departamentos locais de bombeiros e polícia degrada as capacidades essenciais destes últimos.⁴⁸

Este processo de reestruturar o Componente da Reserva também exigirá uma reavaliação das políticas da Força Total, iniciadas quando o General Creighton Abrams era o Chefe do Estado-Maior do Exército em 1973. Ele comandou uma força que passava por uma transição traumática. Enfrentando uma grande redução de efetivo e a transição para uma força armada feita exclusivamente de voluntários, um dos primeiros objetivos de Abrams foi o de estabelecer uma estrutura de força ativa que mantivesse 16 comandos de divisão e também aumentasse a prontidão dos Componentes da Reserva. Ele tinha muita experiência com as Reservas e queria ajustar as responsabilidades destas para melhor compatibilizá-las com as capacidades que tinham. Seus subordinados mais tarde afirmaram que ele tinha uma visão a longo prazo, buscando assegurar que nenhum presidente jamais

pudesse se envolver em outro Vietnã sem mobilização, mas isso não ficou claro nos documentos existentes. Qualquer que fosse a sua intenção, Abrams e o seu estado-maior começaram a integrar reservas à estrutura da força para que nenhum desdobramento de vulto fosse possível sem elas. Isso não apenas garantia que essas unidades estariam disponíveis durante um conflito, mas também que qualquer presidente, desejando empregar grandes forças, teria que conseguir o apoio necessário de um país unificado a ponto de aceitar o uso delas, necessárias para a operação.⁴⁹

Uma conseqüência desta abordagem foi observada durante os debates sobre o desdobramento da Reserva na Operação *Desert Storm*. Contudo, as políticas da Força Total não limitaram a iniciativa presidencial durante os restantes anos 90. Ao invés disso, têm causado grande estresse nas unidades freqüentemente desdobradas da Reserva. Está claro na evidência documentária que as principais motivações de Abrams ao reorganizar a estrutura da força do Exército eram a preservação das divisões do componente Ativa e a designação de missões preferenciais ao Componente da Reserva. Este último raciocínio se aplica particularmente às atuais exigências da segurança do território nacional. A crescente ênfase sobre o desdobramento rápido, bases avançadas e tecnologia transformativa reduzirá a utilidade de organizações do Componente da Reserva durante futuras operações de combates de vulto no além mar, mas terá menos efeito sobre o seu emprego em casa. Atribuir tais responsabilidades ao Componente da Reserva exigirá análise e ajuste dos planos de mobilização, mas isso não significa o fim da Força Total. Muitos aspectos da segurança do território nacional exigirão um compromisso de tempo integral, melhor proporcionado pelas forças do serviço ativo. Portanto, ambos os componentes terão que permanecer integrados em casa. Os reforços com elementos do Componente da Reserva ainda serão viáveis nos estágios avançados de combates de vulto prolongados e nas operações de conflitos de menor escala.

As advertências mencionadas anteriormente, do *Lieutenant General* Russell Davis, surgiram em resposta a propostas de analistas de defesa como Daniel Gouré, que afirma que o Exército deve ser capaz de vencer a primeira guerra de teatro de vulto do novo paradigma do tamanho da força, sem ter que depender de reforço do Componente da Reserva.⁵⁰ Esta idéia de fato merece séria consideração, e não apenas devido às responsabilidades relacionadas com a segurança do território nacional. Como dito anteriormente, os conceitos operacionais emergentes, como “Operações Rápidas Decisivas” e o próprio Relatório da *QDR*, enfatizam a necessidade de uma resposta rápida a crises com forças ágeis, muitas das quais desdobradas em posições avançadas. Esperar

por reforços do Componente da Reserva tornará esse ideal impossível de realizar. Mesmo antes do surgimento destes novos conceitos, teria sido muito difícil para algumas unidades do Componente da Reserva satisfazerem o que os planejadores da mobilização esperavam.⁵¹ Talvez ainda seja possível depender do reforço por parte de elementos do Componente da Reserva nos estágios avançados de operações de vulto, especialmente com forças de combate subseqüentes, mas algumas transferências de unidades de apoio ao combate e logisticas para o Componente da Ativa são, sem dúvida, necessárias.

Transformando a Força. Enquanto o Exército deve continuar a enfatizar a importância de uma força conjunta equilibrada, pronta para combater e evitar as

Manter o equilíbrio estratégico irá exigir mais do que apenas melhor liderança, planejamento e adestramento. Uma estrutura de força maior — acompanhada por revisões no modelo dessa estrutura e por redistribuições entre os Componentes da Ativa e da Reserva — será necessária para aprimorar a capacidade do Exército para combater a guerra contra o terrorismo e, ao mesmo tempo, manter a paz em outras áreas.

guerras de hoje, deve também, simultaneamente, manter o seu enfoque sobre a transformação a longo prazo. As exigências, em evolução, da guerra contra o terrorismo, salientarão ainda mais a necessidade de forças mais leves, inteligentes e ágeis. De acordo com o conceito original, a Transformação iria preparar o Exército para guerras futuras. Ela agora precisa ser moldada pelo novo enfoque geoestratégico relativo ao terrorismo e então acelerada para permitir que as novas capacidades proporcionem maiores níveis de eficiência à guerra contra o terror.

Há sinais que esta aceleração já teve início. A liderança do Exército redefiniu as prioridades nos gastos, anunciou um plano para otimizar o seu QG e adiantou a data para colocar a Força Objetivo pronta. O Secretário do Exército, Thomas E. White, escreveu em uma nota, acompanhando o Memorando do Objetivo do Programa, ao Escritório do Secretário de Defesa, que o Exército estava em transição “para uma força em posição de combater uma guerra global contra o terrorismo”. Os planejadores também estão considerando aumentar o número de Equipes de Combate Provisórias de Brigada (*Interim Brigade Combat Teams — IBCT*),

mesmo que isto atrase a modernização das atuais forças pesadas.⁵²

O Relatório da *QDR* provê ímpeto adicional a esta iniciativa pela reforma. Ele informa que “a Transformação é fundamental” à nova estratégia de defesa. Apesar dos objetivos operacionais descritos no Relatório serem vagos, em relação às contribuições do poder terrestre, incumbem ao Exército a aceleração da introdução de suas *IBCTs*, e o aprimoramento da capacidade das forças terrestres no Golfo Pérsico. O Relatório reconhece que mais recursos serão necessários para alcançar esses objetivos devido ao aumento significativo das exigências que estão surgindo

A vitória sobre o terrorismo nada significará se não for acompanhada pela preservação e o incentivo pela paz, segurança, democracia e por idéias relativas ao mercado livre, que são apoiadas pelas outras missões militares.

em decorrência da guerra contra o terrorismo.⁵³ Rumsfeld até já colocou a transformação militar em uma prioridade orçamentária maior no seu próprio Memorando de Decisão de Programa (*Program Decision Memorandum —PDM*). Mas o Exército poderá ter muito trabalho para poder se aproveitar desse Memorando já que este enfatiza novas tecnologias para ataques precisos à distância, mísseis para a defesa e operações de informação.⁵⁴ Não obstante, o Exército deve manter o curso e alcançar os seus objetivos. Caso contrário, arrisca estar despreparado para as ameaças futuras, perder a vantagem no campo de batalha e se tornar menos relevante à proteção da nação e de seus interesses.

Recomendações

- O Exército não deve permitir que as demandas da segurança do território nacional, da proteção da força e da guerra contra o terrorismo o distraiam das outras missões globais que evitam novas crises e facilitam a resposta onde a dissuasão falhar.

- O Exército deve aceitar a segurança do território nacional e as operações de paz — incluindo algumas de desenvolvimento nacional — como missões importantes do Exército e se preparar para um aumento dessas tarefas, especialmente das relacionadas com a manutenção da paz, à medida que continua a guerra contra o terrorismo.

- Até que as forças adequadas estejam disponíveis, a guerra deve ser contida, tanto quanto possível, para evitar um envolvimento excessivo, especialmente pelo acúmulo das responsabilidades pós-conflito.

- O Exército deve aumentar a estrutura da força ativa

— e provavelmente sua estrutura de força total — para atender ao maior número de missões.

- O Exército precisa reexaminar as políticas da Força Total e reestruturar o Componente da Reserva para prestar melhor apoio às suas missões relativas à segurança do território nacional, conflitos de menor escala e missões de guerra.

- A Transformação do Exército deve ser acelerada para preparar melhor a força para as próximas fases da guerra atual e para as futuras ameaças.

Conclusões

A guerra contra o terrorismo é apenas uma das muitas missões essenciais que devem ser executadas pelo Exército. O Exército deve ser muito franco com o Congresso e com a administração do Presidente Bush sobre a necessidade de forças adicionais para a condução de suas inúmeras e importantes tarefas. O Estado-Maior do Exército deve desenvolver planos imediatamente e obter o apoio necessário para iniciar o processo de expansão e reestruturação da Força Total. Recrutar, adestrar e equipar os novos soldados e unidades levará anos. Embora a mobilização em grande escala da Reserva do Exército e da Guarda Nacional do Exército e alguns esforços limitados relativos à economia da força possam ser suficientes a curto prazo para satisfazer as necessidades do Exército, estes arranjos não podem ser mantidos por muito tempo sem debilitar a força, aumentando o risco nas missões a longo prazo.

Resumindo, manter o equilíbrio estratégico irá exigir mais do que apenas melhor liderança, planejamento e adestramento. Uma estrutura de força maior — acompanhada por revisões no modelo dessa estrutura e por redistribuições entre os Componentes da Ativa e da Reserva — será necessária para aprimorar a capacidade do Exército para combater a guerra contra o terrorismo e, ao mesmo tempo, manter a paz em outras áreas. As demandas simultâneas e contínuas da segurança do território nacional, os ataques contra terroristas, as operações de paz e dissuasão irão exigir mais forças terrestres, especialmente do Componente da Ativa, principalmente nas áreas de apoio ao combate, apoio logístico e de Forças de Operações Especiais.⁵⁵ O aumento de meios de inteligência será particularmente fundamental. As forças terão que ser repartidas entre os Componentes da Ativa e da Reserva. As unidades do Componente da Reserva terão que ser reconfiguradas para poderem atender às atuais exigências e às novas, a longo prazo. Ao mesmo tempo, o Exército não pode ficar somente concentrado nas operações atuais, pois perderia o impulso e direção da Transformação. O mundo mudou no dia 11 de setembro de 2001 e o Exército deve se ajustar à nova situação. Mas a sua visão a longo prazo continua viável e o caminho para concretizá-la deve ser trilhado. **MR**

Referências

1. Citado em Brad Knickerbocker, em *War May Produce Military Reforms*, *Christian Science Monitor*, 3 de janeiro de 2002, p. 1.
2. U.S. Department of Defense, *Quadrennial Defense Review Report* — QDR Washington, DC: Department of Defense, 30 de setembro de 2001, p. 17.
3. QDR Report, pp. 11-13. O velho paradigma era mais amplo em sua ênfase sobre as várias atividades de engajamento e adestramento.
4. *Ibid.*, p. 30; Gail Kaufman, Jason Sherman, e Amy Svitak, *Pentagon Delays Hard Choices*, *Defense News*, 1-7 de outubro de 2001, p. 1; Christian Lowe, *Did QDR Slight The Corps?* *Marine Corps Times*, 22 de outubro de 2001, p. 22.
5. David Wood, *Army Post Quiet As Troops Deploy*, *New Orleans Times-Picayune*, 13 de janeiro de 2002, p. 28.
6. *National Guard Troops Heading To Kuwait*, *Wisconsin State Journal*, 20 de janeiro de 2002; Adam J. Hebert, *DOD Weighs Air Defense Options As Patrols Become Unsupportable*, *Inside the Air Force*, 25 de janeiro de 2002, p. 1; Dennis O'Brien, *Coast Guard Is Pushed To The Limit*, *Norfolk Virginian-Pilot*, 10 de fevereiro de 2002.
7. Kim Burger, *US Finds Force Disengagement Difficult*, *Jane's Defense Weekly*, 12 de setembro de 2001.
8. Veja por exemplo o *1997 National Military Strategy*, *Shape, Respond, Prepare Now* — A Military Strategy for a New Era, e o *2000 National Security Strategy*, *A National Security Strategy for a Global Age*.
9. *Chairman of the Joint Chiefs of Staff, Theater Engagement Planning, Manual 3113.01A*, 31 de maio de 2000.
10. *Association of the United States Army, The Research, Development and Acquisition "Death Spiral": Future Readiness at Risk*, Washington, DC: Institute of Land Warfare, outubro de 2000, p. 5.
11. J. S. Newton, *Terrain Is Familiar for 82nd*, *Fayetteville Observer*, 9 de outubro de 2001.
12. Peter Grier, "A Reluctant Empire Stretches More," *Christian Science Monitor*, 17 de janeiro de 2002, p. 1.
13. QDR Report, pp. 14-15, 20-21.
14. Grier.
15. *Associated Press*, "U.S. Expands Military Ties Worldwide", 15 de janeiro de 2002, <http://www.foxnews.com/story/0,2933,43019,00.html>.
16. "Mission Creep: That's Good", *Los Angeles Times*, 2 de setembro de 2001.
17. Howard LaFranchi, "US To Help 'Nation-Build' in Afghanistan", *Christian Science Monitor*, 18 de dezembro de 2001, p. 2; "Bush Reverses Stance on Foreign Policy", *Fox News Channel Politics*, 27 de dezembro de 2001, no <http://www.foxnews.com/story/0,2933,41632,00.html>; Don Feder, "Hazards of Nation-Building", *Washington Times*, 28 de dezembro de 2001, p. 16.
18. Susan Severeid, "Elite Troops Scout Foes, Intelligence", *Washington Times*, 9 de janeiro de 2002, p. 11; Thom Shankar, "The Stripes Are On Their Sleeves, Not Their Pants", *New York Times*, 13 de janeiro de 2002; Liam Plevin, "U.S. Troops Help Restore Services", *Long Island Newsday*, 11 de dezembro de 2001; Chris Iven, "10th Mountain Division Works in Mazar-E-Sharif", *Syracuse Post-Standard*, 12 de janeiro de 2002, p. 1.
19. Karen DeYoung, "Bush Says U.S. Will Help Train Afghan Army, Police", *Washington Post*, 29 de janeiro de 2002, p. 8.
20. Tom Infield, "Rumsfeld: Forces Should Go Where Terrorism Fight Is", *Philadelphia Inquirer*, 17 de janeiro de 2002.
21. Conrad Crane, *Landpower and Crises: Army Roles and Missions in Smaller-Scale Contingencies During the 1990s*, Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, janeiro de 2001, p. 8.
22. QDR Report, p. 21.
23. Sandra Jontz, "Soldiers From Camp Comanche Patrol Republika Srpska With Personal Touch" *European Stars and Stripes*, 20 de agosto de 2001; R. Jeffrey Smith, "Rule of Law is Elusive in Kosovo", *Washington Post*, 29 de julho de 2001, p. 1; Doug Bandow, "Kosovo Deployment With No End in Sight?" *Washington Times*, 4 de agosto de 2001, p. 10; David Kasar, "KFOR Perplexed as Ethnic Strife Returns", *European Stars and Stripes*, 13 de agosto de 2001.
24. "No, They're Not Incompatible", *The Economist*, 18-24 de agosto de 2001; Sally Buzbee, "Rumsfeld Seeks Peacekeeper Cuts", *Washington Times*, 19 de dezembro de 2001, p. 15.
25. Esther Schrader, "Rumsfeld Seeks Pullout of U.S. Forces From Sinai", *Los Angeles Times*, 17 de janeiro de 2002.
26. Crane, pp. 27-30.
27. Mark Landler, "United States Should Join Peacekeepers, Biden Says", *New York Times*, 13 de janeiro de 2002; Miles Pomper, "Members Return From Afghanistan Urging Greater Postwar U.S. Role", *Congressional Quarterly Weekly*, 19 de janeiro de 2002, p. 193; "The Challenge in Afghanistan", *New York Times*, 5 de janeiro de 2002; "Winning the Peace", *Wall Street Journal*, 15 de janeiro de 2002. A estrada *ring road* é a rota tradicional conectando as principais cidades do Afeganistão.
28. *Center for Army Analysis*, "Stochastic Analysis of Resources for Deployments and Excursions: A Historical Perspective", dezembro de 2000.
29. Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, "Remarks on Defense Transformation", Washington, DC: *National Defense University*, 31 de janeiro de 2002.
30. QDR Report, p. 21.
31. Neil Baumgardner, "Army Gearing Up To Defend Force Structure", *Defense Daily*, 7 de janeiro de 2002, p. 3.
32. Sean Naylor e Jason Sherman, "Terror War Forces New Paradigm", *Defense News*, 22-28 de outubro de 2001, p. 1.
33. "Iraq: Second Thoughts", *Florida Times-Union*, 8 de fevereiro de 2002.
34. Kevin J. Dwyer, "Guantanamo Bay Mission Long Term For Ill Corps Units", *Killeen Daily Herald*, 16 de janeiro de 2002; David Wood, "Army Takes On Unusual Chore Of Indefinite Postwar Detention Of Enemy", *Newhouse News Service na Newhouse.com*, 7 de fevereiro de 2002.
35. Rom Martz, "Wanted: Special Forces", *Atlanta Journal and Constitution*, 22 de janeiro de 2002.
36. César G. Soriano, "General: Mission Will Be 'Marathon'", *USA Today*, 6 de fevereiro de 2002, p. 8.
37. Elaine M. Grossman, "Military is Embroiled in Debate Over Who Should Guard United States", *Inside the Pentagon*, 20 de setembro de 2001, p. 1; também "Rumsfeld Envisions New Command Responsible For Homeland Security", *Inside the Pentagon*, 17 de janeiro de 2002, p. 1.
38. Dale Eisman, "Military Wants to Phase Out of Homeland Security Role", *Norfolk Virginian-Pilot*, 27 de outubro de 2001.
39. Lieutenant General Russell C. Davis, "NGAUS Executive Council Remarks CNGB", 17 de novembro de 2001, http://www.ngb.dtic.mil/chief/speeches/11_17_01_ngaus-exec_davis.shtml.
40. Jack Dorsey, "State's Guard Duties Take on New Importance Since Sept. 11", *Norfolk Virginian-Pilot*, 11 de dezembro de 2001.
41. Richard Wronski, "Guard Heads to Europe", *Chicago Tribune*, 8 de janeiro de 2002.
42. Wayne Hall, "Guardsmen Reinforce Point Security", *The Times Herald-Record*, 18 de dezembro de 2001; Terry Joyce, "Lowcountry Guardsmen Protect Ga. Base", *Charleston Post e Courier*, 11 de fevereiro de 2002.
43. Abraham McLaughlin, "US Guard Call-Up Hits Cities Hard", *Christian Science Monitor*, 28 de janeiro de 2002, p. 1; Elaine M. Grossman, "National Guard Troops To Aid Civilian Agencies In Securing U.S. Borders", *Inside the Pentagon*, 31 de janeiro de 2002, p. 1.
44. Harry Levins, "Shortage of Personnel in Active Army Puts Squeeze on Reserves", *St. Louis Post-Dispatch*, 27 de outubro de 2001, p. 10.
45. Veja por exemplo, *The Heritage Foundation Homeland Security Task Force, Defending the American Homeland*, Washington, DC: Heritage Foundation, janeiro de 2002.
46. QDR Report, p. 19.
47. Erin Q. Winograd, "Officials: Homeland Defense Mission Will Mean Changes For the Guard", *Inside The Army*, 19 de novembro de 2001, p. 1; Bryan Bender, "National Guard Faces Drastic Overhaul", *Boston Globe*, 20 de novembro de 2001, p. 12.
48. Kris Axtman, "Call-Up Of Reserves Leaves Gaps In Many Police Forces", *Christian Science Monitor*, 18 de outubro de 2001; McLaughlin.
49. Entrevista do *Lieutenant General* Donald Coles pelo Tenente-Coronel Albin G. Wheeler e Ronald E. Craven; e entrevista do General James G. Kalergis pelo Tenente-Coronel Tom Lightner, ambos nos arquivos do "The General Creighton Abrams Story" *The Papers of Creighton Abrams*, Carlisle Barracks, Pennsylvania: U.S. Army Military History Institute (USAMHI); Lewis Sorley, *Thunderbolt: General Creighton Abrams and The Army of His Times*, New York: Simon and Schuster, 1992, pp. 350-368. Sorley está convencido que a intenção de Abrams desde o começo era a de limitar o poder do presidente, mas esse objetivo não é mencionado nos atuais documentos ou nas entrevistas das *Abrams Papers* na USAMHI. Essa motivação não foi mencionada por nenhum dos seus subordinados até os anos 80.
50. Daniel Gouré, "Strategic Reality Requires New Force Structure", *Defense News*, 12-18 de novembro de 2001, p. 21.
51. Entrevista com o *Lieutenant General* John Riggs, atualmente diretor da Força-Tarefa da Força Objetivo e antigo comandante do I Exército dos EUA (*First U.S. Army*), na Escola de Guerra do Exército dos EUA, Carlisle Barracks, Pennsylvania, 28 de janeiro de 2002.
52. Sean Naylor, "Army Leaders Consider Speeding Up Plans For Transformation", *Army Times*, 29 de outubro de 2001, p. 18; "Objective Force Must Be Deployed By Decade's End, Army Official Says", *Aerospace Daily*, 9 de novembro de 2001.
53. QDR Report, pp. 16, 27, 29-48.
54. Amy Svitak, "Rumsfeld Gives U.S. Transformation Its Own Spending Plan", *Defense News*, 14-20 de janeiro de 2002, p. 3.
55. Porém, será difícil expandir as Forças de Operações Especiais tão rapidamente, devido ao tempo e esforço necessários para desenvolver e adestrar tais soldados. Enquanto isso, as missões das Forças de Operações Especiais terão que ser cuidadosamente controladas, ou então devem ser usadas forças regulares em seu lugar.

Conrad C. Crane tornou-se membro do Instituto de Estudos Estratégicos em setembro de 2000, após 26 anos de serviço militar, que se encerraram com 9 anos como professor de História na Academia Militar dos EUA. Escreveu e editou livros sobre a Guerra Civil, a I e II Guerras Mundiais, e da Coreia e publicou artigos sobre assuntos militares em publicações como: The Journal of Strategic Studies; The Journal of Military History; The Historian e Aerospace Historian, assim como em um número de coleções e livros de referências. É Bacharel pela Academia Militar dos EUA e Mestre e Ph.D pela Stanford University. Também graduou-se pela ECEME/EUA e pela Escola de Guerra do Exército dos EUA. Em fevereiro de 2003, o Dr. Crane foi designado Diretor do Military History Institute.